

Iria Gonçalves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

*Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258**

Resumo

Tal como por toda a parte, na Idade Média, o Noroeste português enxameava de animais selvagens das mais variadas raças e das mais variadas utilizações ou nocividades que, vivendo lado a lado com o homem, inter-agindo com ele, através dele foram deixando as suas marcas na paisagem. Essas marcas foram-nos ajudando a perceber os encontros homem/animal no enfrentamento e nos medos, na perseguição e no uso, na utilização dos seus produtos e da sua carne, talvez na contemplação das suas formas e cores, no apreço pelos seus trinados ou no desprezo pela sua postura rasteira.

Abstract

As took place everywhere during the Middle Ages, Northwest Portugal swarmed with the most varied species of wild animals of the most varied usefulness or harmfulness, which, living and interacting with man, left behind their marks on the landscape. These marks help us understand the encounters between man and animal, the fears they provoked, how they were hunted and the use made of their meat and other products, and perhaps even the contemplation of their appearance and colouring, the appreciation for their sounds or the contempt for the creatures that crawled on the ground.

I. Fontes e metodologia utilizadas

Que as inquirições levadas a cabo ao serviço do poder central durante os séculos XIII e XIV são um inesgotável repositório de conhecimentos sobre os mais variados assuntos interessando o viver das populações contemporâneas,

* Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto de investigação POCTI/HAR/35069/99, *Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Fontes para o seu estudo*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

já foi expressamente reconhecido por numerosos medievalistas portugueses. Poucos serão aqueles que, no decurso das suas investigações, nunca tenham bebido algum precioso ensinamento naquela fonte. Já não são poucos, por isso, os trabalhos, alguns de grande fôlego, produzidos entre nós, cujos alicerces se encontram firmados, de maneira muitíssimo significativa, sobre os inquéritos afonsinos e dionisinos¹ e sem o apoio dos quais não poderiam sustentar-se; muitos são os ensaios que, sem outras bases documentais a servir-lhes de suporte, se ergueram, sólidos, no esclarecimento de um ou outro ponto da nossa realidade histórica²; incontáveis aqueles estudos que, de forma mais ou menos marginal, mas sempre com evidente utilidade, neles foram procurar, e encontraram,

¹ Vejam-se, por exemplo: A Botelho da Costa Veiga, *Estudos de história militar portuguesa*, vol. I, *Corografia militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; Análise da tradição e da polémica de Ourique*, parte primeira, Lisboa, 1936; Robert Durand, *Les campagnes portugaises Entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*, Paris, 1982; Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*, dissert. polic., Lisboa, F.C.S.H., 1994; José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, *Paços de Ferreira - Estudos monográficos*, 1986, pp. 171-243; id., *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, 1989; id., *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e documentos*, Santa Maria da Feira, 1993; Maria Rosa Ferreira Marreiros, *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães*, 2 vol., Coimbra, 1890; Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, 1998; António Maria Braga de Macedo Castro Henriques, *O rei e Terra do Barroso. Montanha, periferia, poder régio (séculos XII-XIV)*, dissert. polic., F.C.S.H., 2002.

² Podem ver-se: Cristina Maria Garcia Rodrigues et alii, “O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, IV s., n.º 2, 1978; Maria José Lagos Trindade, “Os oficiais régios nas Inquirições Gerais de Afonso III”, *Estudos de história medieval e outros*, Lisboa, 1981, pp. 115-127; id., “A propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220”, *ib.*, pp. 129-143; id., “Questões de administração local nas Inquirições Gerais de Afonso III”, *ib.*, pp. 145-163; José Mattoso, Luís Krus e Olga Bettencourt, “As inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza: o julgado de Aguiar de Sousa”, *Revista de história económica e social*, n.º 9, 1982, pp. 17-74; Maria Helena da Cruz Coelho, “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII”, *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, vol. I, *Notas do viver social*, Lisboa, 1990, pp. 139-169; id., “A acção régia de D. Afonso III e de D. Dinis em Caminha”, *ib.*, pp. 199-237; Iria Gonçalves, “Alguns aspectos da visita régia ao Entre Cávado e Minho no século XIII”, *Estudos medievais*, vol. 10, 1993, pp. 33-57; id., “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das Inquirições de 1258”, *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 6, *História local I, Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 7-25; id., “Entre a Peneda e o Barroso: uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos”, *As relações de fronteira no século de Alcanices*, IV Jornadas luso-espanholas de história medieval, Actas, vol. I, Porto, 1998, pp. 63-75; id., “Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das Inquirições de 1258”, *Arqueologia medieval*, n.º 6, 1999, pp. 225-243; Luís Krus, “Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III”, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, 1994, pp. 35-57; id., “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”, *ib.*, pp. 59-99; João Luís Fontes, “A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220: o povoamento e a propriedade régia”, *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 6, *História local I, Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 95-107; Odília Alves Gameiro, “A propriedade régia em Guimarães nas Inquirições de 1220”, *ib.*, pp. 149-179; Maria Filomena Andrade, “O património dos mosteiros agostinhos segundo as Inquirições de 1220”, *ib.*, pp. 123-143; id., “Entre Braga e Tui: uma fronteira diocesana de Duzentos (O testemunho das Inquirições)”, *As relações de fronteira no século de Alcanices*. IV Jornadas luso-espanholas de história medieval, Actas, vol. I, Porto, 1998, pp. 77-98.

as bases necessárias ao esclarecimento de algum problema³.

Mais uma vez⁴ me proponho, hoje, interrogar as inquirições de Afonso III⁵, desta feita acerca das espécies animais que habitavam as serranias minhotas, corriam pelos seus matagais a refugiar-se nas tocas, serpenteavam sobre o seu solo ou cruzavam os seus ares, em permanência ou sazonalmente. Os animais selvagens, que todos procuravam alimento, lutando e competindo uns com os outros, lutando e competindo com o homem. Inter-agindo.

Naturalmente, não espero encontrar respostas para todas as questões que estes temas levantam. Aliás, não caberiam no âmbito de um ensaio. Mas tentarei ouvir respostas. Tentarei interpretá-las. Sendo, embora, as inquirições régias – e não falo apenas naquelas que, de momento, me irão servir de apoio documental – uma fonte inestimável, encerram, no entanto, dificuldades múltiplas. Nem sempre superáveis.

Como se sabe, o primeiro objectivo destes inquéritos era realizar o inventário de todos os interesses que o rei detinha em cada lugar inquirido, revestissem eles a forma de propriedades, rendas, direitos, padroados de igrejas⁶. Deste modo, a informação chegou-nos condicionada por aqueles interesses e sempre na sua esteira. Quando se pretende, como neste caso, conhecer um espaço em qualquer das suas vertentes, ele mostra-se-nos, esse espaço, na medida da sua apropriação pelo rei. Isto é, as terras imunes – e o caso do couto de Braga é, neste sentido, paradigmático – quedam-se impenetráveis aos nossos olhos⁷. Mas também os reguengos, os alódios, alguns bens da Igreja sujeitos ao pagamento de qualquer foro, desvendam-se apenas na medida em que isso serve os interesses régios.

Ainda assim, o manancial informativo é importante e multifacetado. Há que não o minimizar.

Para uma melhor compreensão do texto que vai seguir-se, convém que sejam explicitadas algumas normas metodológicas aqui seguidas.

Como se torna evidente, dado o que atrás deixei dito, os animais selvagens,

³ São efectivamente incontáveis os trabalhos que alguma coisa pediram às Inquirições do século XIII e princípios do XIV. Seria incomportável referir aqui um conjunto representativo desses trabalhos. Mais vale, por isso, nem sequer tentar.

⁴ Como deixei dito, eu própria já por diversas vezes procurei esta fonte de eleição, como alicerce único, em termos documentais, da construção de um trabalho (Veja-se bibliografia citada na nota 2).

⁵ Utilizarei neste trabalho como já o fiz, anteriormente, em outros (citados na nota 2), as actas resultantes do trabalho de três das cinco comissões de inquérito enviadas por D. Afonso III ao Norte do País: a primeira, que percorreu o Entre Cávado e Minho; a segunda, que inquiriu o Entre Douro e Ave, com o limite oriental no Tâmega; a quinta, que completou o trabalho no Entre Douro e Minho, visitando o Entre Ave e Cavado. Os textos encontram-se em *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, (que passarei a citar: Inq.), Lisboa, 1888-1977.

⁶ É este um quase lugar comum que já foi repetido inúmeras vezes. Veja-se, para maior facilidade: A. H. de Oliveira Marques, “Inquirições”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 552-554 e Luís Krus, “Inquirições”, *Dicionário ilustrado da história de Portugal*, coord. por José Costa Pereira, [Lisboa], 1985, pp. 343-344.

⁷ Não é esta a primeira vez que me refiro ao assunto. Já em trabalhos anteriores me vi confrontada com o problema (cf. nota 2).

como o seu “habitat”, não foram objecto de grandes cuidados por parte dos inquiridores ao serviço de Afonso III. Eram poucas as circunstâncias em que eles iam ao encontro dos interesses do rei, ou sequer os interceptavam. Faziam-no, todavia, em alguns casos. Nesses momentos os animais surgiam na sua realidade física, em regra inter-agindo com os homens. Aí podemos vê-los. Às vezes de muito perto, conhecer o ódio ou o apreço que as gentes lhes votavam. Infelizmente muito poucas vezes e em relação a muito poucas espécies.

Mas no Noroeste do País como em qualquer outro lugar, os animais pupulavam por todo o lado, os domésticos como os selvagens, partilhando um espaço em que eles se apresentavam – aos homens – como presenças bem-vindas, a proteger e cuidar, ou como figuras execráveis, a escorraçar ou, quando possível, a eliminar. Mas sempre por perto, nunca ausentes. E exercendo sobre o espaço uma acção que o modifica, que, por essa modificação se faz reconhecer como conotado com o animal em causa. Assim, todas as espécies tinham que deixar as suas marcas bem visíveis, um pouco por todo o lado. De uma maneira especial na toponímia⁸.

É sabido como um qualquer vocábulo, para poder transformar-se em topónimo e cristalizar tão indissolúvelmente ligado ao lugar a que foi atribuído que pode ter atravessado muitos séculos – até milénios - antes de chegar até nós, tem de cumprir determinados requisitos, sem os quais rapidamente se teria esvaído. Não teria, sequer, chegado a fixar-se. Precisa, em primeiro lugar, decorrer de uma qualquer característica inerente ao lugar a que foi atribuído; em segundo lugar de ser geralmente reconhecido como correspondendo, de algum modo, a esse lugar. Isto é, precisa ser reconhecido como adequado a identificar o lugar⁹. Deste modo um topónimo, para aqueles que o criaram, é sempre “significativo”, e esse significado mantém-se, para as gerações sucessivas mais próximas e, de uma maneira geral, para os falantes da língua de que ele faz parte. Naturalmente, como tudo, o lugar evolui, pode perder as características que em tempo o identificaram. O vocábulo utilizado esvazia-se de sentido. Pode, inclusive, ter perdido significado para novos utentes daquele espaço¹⁰. Mas mantém-se porque adquiriu outro sentido. E assim sempre, no decorrer dos tempos.

⁸ Foi já há muito que J. J. Nunes deixou vincada a importância dos animais na fixação da nossa toponímia (“A fauna na toponímia portuguesa”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XVI (1921-1922), Coimbra, 1926, pp. 452-453).

⁹ Embora com enfoque um tanto diferente, é interessante, sob este aspecto, a leitura do trabalho de Xavier Terrado Pablo, *Metodología de la investigación en toponimia*, Saragoça, 1999, sobretudo as pp. 70 e seguintes.

¹⁰ O vocábulo transformado em topónimo pode cristalizar na forma utilizada pelos falantes que baptizaram o lugar, mas pode sofrer alterações fonéticas ou outras, introduzidas por falantes de outra língua, ou da mesma, mas que tenham perdido o significado do vocábulo. Mas ele mantém-se. É esta circunstância, a um tempo, qualidade e defeito. Qualidade porque pode permitir-nos conhecer outros povos anteriormente estabelecidos num espaço, por vezes em épocas bem longínquas (neste sentido é muito interessante o trabalho de Ángel Barrios García, “Toponomástica e historia. Notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero”, *En la España medieval*, vol. II, *Estudios en memoria del profesor D. Salvador Moxó*, t. I, Madrid, 1982, pp. 115-134); defeito, pelo menos para o historiador, porque torna bem difícil e por vezes muito arriscada, a sua interpretação.

Como tal, o acervo toponímico de qualquer região é formado por diversas camadas linguísticas, de acordo com os falares dos povos que aí se foram sucedendo. De bem diversas proveniências, tanto geográficas como linguísticas, os que habitaram o território actualmente português.

Se nos deslocarmos a meados do século XIII e analisarmos os nomes de lugar que esse momento histórico nos transmitiu, verificamos que o grande número deles, sobretudo os microtopónimos, falam português. Português arcaico, logicamente, com frequência latinizado, mas claramente compreensível para um falante da nossa língua, mormente se esse falante é um medievalista, por isso conhecedor, por dever profissional, daquela terminologia.

Serão apenas esses topónimos que utilizarei no trabalho que irá seguir-se¹¹. Eles apresentam, inclusive, a vantagem de se encontrarem ainda bastante próximos da sua fixação, o que lhes confere a credibilidade necessária para serem considerados ainda plenamente significantes.

Um trabalho em que o espaço é um componente importante, precisa sempre o apoio da cartografia. A que acompanha este texto foi simplificada nas suas localizações. Na verdade, a toponímia minhota é extremamente exuberante, para lá de se repetir, em certos casos, por dezenas de lugares, em ocasiões bem próximos uns dos outros. Considerando apenas aquela que me proponho, de momento, utilizar, ela eleva-se a muitas centenas de casos¹². Seria impraticável tentar, sequer, a sua localização rigorosa. Tanto mais que alguns desses nomes não subsistem, tão pouco, na memória dos locais, quanto mais nas cartas geográficas que podemos utilizar.

Deste modo, como aliás tenho feito em outras ocasiões¹³, reportarei toda a informação à sede da respectiva freguesia. Por esse motivo, as regiões de montanha, mais agrestes e inhóspitas, que afastavam os homens mas atraíam os animais bravios, vão quedar-se desnudas ou quase, situando-se o povoamento nas áreas mais baixas e nos vales dos rios. Para uma correcta leitura e compreensão dos mapas que irão seguir-se, há, pois, que ter em conta, a metodologia neles utilizada.

¹¹ Já numa outra ocasião, em que também escolhi as *Inquirições* de 1258 para fonte do meu trabalho, adoptei a mesma metodologia: “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho”, cit., p. 8.

¹² Recolhi a informação que me proponho utilizar em 249 freguesias, algumas das quais proporcionaram o conhecimento de cinco ou mesmo seis topónimos com interesse para esta matéria; menos ricas mas, ainda assim, fornecendo duas ou três indicações, contam-se muitas dezenas.

¹³ Sempre que utilizei estas fontes como base documental para algum trabalho. Já trás ficaram citados esses trabalhos e voltarei a lembrá-los quando oportuno, no decurso deste texto.

II. A veação de grande e médio porte

De entre os animais bravios que habitavam o Noroeste português, merecem um primeiro destaque os que compunham a chamada caça de monte: ursos, javalis, cervos, corços, cabritos monteses¹⁴. Foi esta a caça grossa que a documentação permitiu encontrar com mais segurança, marginalmente acompanhada por alguns texugos e pela lembrança que ficou de um ou outro zebro¹⁵. De envolta, naturalmente, com multidão de lobos e número considerável de raposas, por certo bem mais avultado do que a documentação deixa perceber¹⁶.

Para acolher todos estes animais de grande e médio porte, alguns dos quais pressupunham, para seu alimento, uma miríade de pequenos outros seres que lhes serviriam de presa, o Noroeste de Portugal contava com grandes maciços florestais que revestiam as montanhas, por certo, na época, até aos seus cumes¹⁷. E era, para mais, uma floresta de qualidade, composta, como toda a floresta climácica, que esta era¹⁸, por um harmonioso conjunto de espécies florísticas e dominada por duas essências de eleição: o castanheiro e o carvalho¹⁹.

Por estas matas, como pelos inóspitos fragedos que também abundavam nas agruras serranas da Peneda²⁰, do Soajo, do Gerês, do Barroso, a caça de monte não faltava, representada por alguns dos animais que a Idade Média mais prezou, nomeadamente o urso, o javali, o cervo.

O primeiro foi um dos três animais que, segundo Robert Delort, mais duradouramente marcaram o mundo medieval²¹. Era montaria digna de grandes senhores, sendo que, para mais, podia proporcionar troféus bem apetecidos, representados pelas patas do animal²². Sabemos como no nosso País e nomeadamente na região em estudo, a sua captura pelos caçadores locais era taxada com

¹⁴ Clara Pinto Correia identifica o corço com o cabrito montês (*Portugal animal*, Lisboa, 2000, p. 170), o que a documentação em análise não permite fazer. Por exemplo, na freguesia de Mourilhe, julgado de Barroso, diz-se: “de montaria dant de porco spatulam et de cervo et corzo et capram (sic) montes dant pernas et urso dant manus” (*Inq.*, p. 1516).

¹⁵ José Joaquim Nunes identifica o zebro com o cervo, considerando aquele vocábulo anterior a este (“Tentativa de identificação do animal chamado zebro nos documentos medievais”, *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XVI (1921-1922), Coimbra, 1926, pp. 427-436).

¹⁶ Adiante voltarei a referir-me a este assunto.

¹⁷ Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a “coutada velha” do rei”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I s., vol. I, Porto, 1985, p. 54.

¹⁸ Id., “Problèmes de la forêt au Portugal”, *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, t. 51, 1982, p. 352.

¹⁹ Ib.. Veja-se também Iria Gonçalves, “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho”, cit., pp. 8-10 e para uma época posterior, a mostrar a permanência destas espécies, Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira. Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, 1996, pp. 116-120, 171-174.

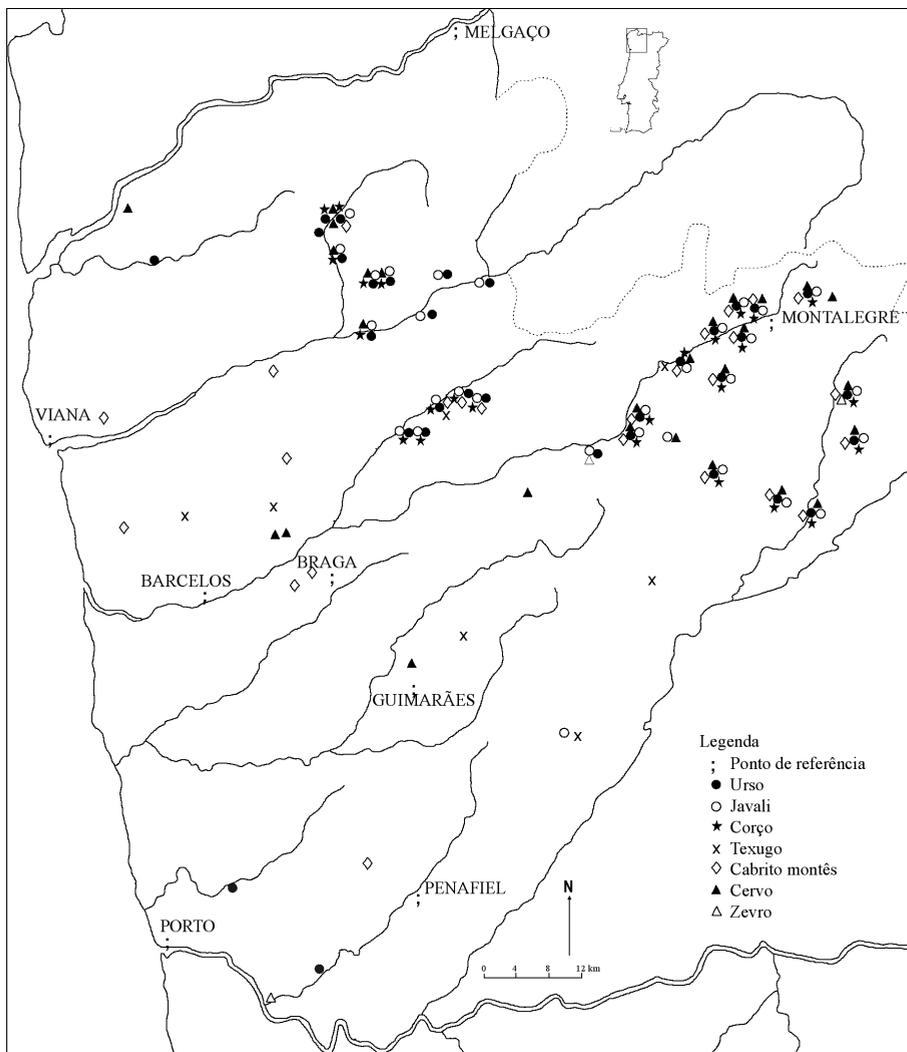
²⁰ Veja-se uma excelente descrição destas paisagens, reportada a Castro Laboreiro em Alexandra Cerveira Pinto S. Lima, *Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano*, Melgaço, 1996, pp. 11-12.

²¹ Para lá do urso, Robert Delort, que, aliás, é um do medievalistas que melhor estudou este assunto, considera, como animais mais marcantes, o lobo e o rato (“Animais”, *Dicionário temático do Ocidente medieval*, dir. por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. de Vivian Coutinho de Almeida, coord. por Hilário Franco Júnior, vol. I, S. Paulo, 2002, pp. 65-66).

²² José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, *O Castelo e a Feira*, p. 87.

a entrega ao rei das mãos da fera²³. O que acontecia também em outras regiões²⁴.

1 – A veação de grande e médio porte



²³ Veja-se o que sobre o assunto se diz na *ob. cit.*, na nota anterior, p. 87.

²⁴ M. J. Peláez-Albendea, “Algunas manifestaciones del derecho de caza en Cataluña (siglos XIII y XIV)”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, p. 70.

Mas a montaria “clássica”²⁵ da nossa Idade Média era dirigida ao javali. Não foi em vão que D. João I lhe dedicou todo um tratado de caça²⁶, onde deixou bem patente a sua perícia em tal arte, perícia só possível de adquirir com muita prática e reflexão. Era uma presa nobre, o javali, e digna de comparecer numa mesa farta e requintada²⁷. Em algumas regiões da Europa ocupava, inclusive, um lugar interessante no imaginário das gentes²⁸, o que não impedia a sua captura de forma menos nobre, com o auxílio das mais diversas armadilhas²⁹.

Os cervídeos – cervos, corços, cabritos, são os que as fontes em análise nos revelam – emparejavam perfeitamente com ursos e porcos monteses. O cervo podia até ser considerado o animal mais nobre, por um perito como Gastão Febo, conde de Foix e de Béarn³⁰. Mas entre nós eles foram, por certo, menos apreciados. Aquela mesma documentação que reservava para o rei as mãos dos ursos capturados à margem da montaria real ou senhorial e com elas lhe destinava também a espádua do porco, podia esquecer todas as demais presas³¹, podia requerer a perna do corço e do cervo³², do corço e da cabra montês³³, ou das três espécies³⁴, mas podia entregar a perna do corço ao mordomo pequeno³⁵.

Para lá destas espécies, nitidamente as preponderantes, pelo menos para quem detinha o domínio da escrita, a toponímia mostra-nos a presença do texugo³⁶ e, como atrás deixei dito, alguma reminiscência do zebro³⁷.

²⁵ Foi A. H. de Oliveira Marques quem assim a classificou: *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, Lisboa, 1964, p. 199.

²⁶ «Libro de montería composto polo señor rey Don Joam de Portugal, e dos Algarues, e señor de Ceuta», *Obras dos Príncipes de Avís*, int. e ver. de M. Lopes de Almeida, Porto, 1981, pp. 1-232.

²⁷ O interesse pelo javali vem já pelo menos dos tempos da Roma republicana e há memória de uma reserva de porcos monteses no século I. a.C. (Inês de Ornellas e Castro, “Para uma simbólica do consumo do porco e do javali na Antiguidade tardia”, *Animalia. Presença e representações*, coord. por Miguel Alarcão, Luís Krus e Maria Adelaide Miranda, Lisboa, 2002, p. 40).

²⁸ Alice Planche, “La bête singulière”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, pp. 159-188.

²⁹ As armadilhas deviam ser o meio mais habitualmente usado pelos caçadores locais, “profissionais” ou outros. Mas os próprios tratados de caça, compostos, todos eles, por grandes senhores, apresentam, alguns deles, uma bem interessante panóplia de armadilhas. Veja-se, a este respeito, Philippe Ménard, “Littérature et iconographie: les pièges dans les traités de chasse d’Henri de Ferrières et de Gaston Phébus”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, pp. 159-188.

³⁰ Pierre Tucoo-Chala, “L’art de la pédagogie dans le Livre de Chasse de Gaston Fébus”, *ib.*, p. 29.

³¹ *Inq.*, pp. 396, 413, 413-414, 1510-1511.

³² *ib.*, pp. 380, 382, 383, 384, 387-388.

³³ *ib.*, pp. 417, 418.

³⁴ *ib.*, pp. 1515, 1516.

³⁵ *ib.*, pp. 422, 423.

³⁶ Sob as formas “Texugueiras” (*Inq.*, pp. 298, 322, 418, 734-735) e “Texuguetis” (*ib.*, pp. 647).

³⁷ Essas reminiscências são, inclusive, muito ténues e passam por “Zevreiros” (*ib.*, pp. 516-517) ou “villa de Zevral” (*ib.*, pp. 1510-1511). Para épocas anteriores a esta que agora me ocupa, existem informações muito concretas sobre o animal e principalmente sobre alguns dos seus produtos: a pele em primeiro lugar (Vejam-se as anotações trazidas por A. H. de Oliveira Marques, “O “Portugal” islâmico”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, coord. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1993, p. 161; *id.*, “A circulação e as trocas”, *ib.*, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325) Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 511; Saul António Gomes, “A produção artesanal”, *ib.*, p. 482).

Estas espécies venatórias, as mais comuns ao Ocidente europeu³⁸, deixaram marcas dispersas por todo o território em análise³⁹, mas a sua presença impunha-se, de forma decisiva, em todo o complexo montanhoso que é também galego e pela Galiza se prolonga. Porque estas marcas são de transmissão humana e porque a Humanidade rejeita os sítios mais agrestes transformados em valhacouto de feras, é já nas terras baixas, nos vales do rios, onde o povoamento se assenta, que encontramos os vestígios do animal⁴⁰. Sintomaticamente, eles rodeiam a montanha⁴¹, como os homens também a rodeiam, só a ela subindo quando a necessidade se impõe. Porém aqui, neste “Nordeste” minhoto, os homens subiam com frequência a montanha, as mais das vezes, sem dúvida, na procura do enfrentamento do bicho e da sua captura. Muitos deles, por certo a grande maioria, eram monteiros, viviam da caça, se não em exclusivo, pelo menos em prevalência. Por isso, como já deixei dito numa outra ocasião⁴², eles nos aparecem como homens mal enquadrados num sistema económico marcadamente agrícola e vendo a sua actividade cinegética onerada com a punção senhorial. Talvez a única forma de os prender nas malhas já bem apertadas da tributação⁴³.

Muitos destes homens, como também outros que residiam na vizinhança da serra de Arga, eram obrigados a acompanhar o rei ou o senhor quando estes quisessem correr monte, de acordo com o costume vigente nas suas respectivas terras, costume que conheceu na região matizes bastante diversificados⁴⁴. Quando chegava o momento de enfileirar no séquito régio ou senhorial, alguns deles compareciam apenas como moços de monte, a aumentar o contingente humano da caçada⁴⁵, outros, porém, iriam acompanhados pelos seus cães e levariam também trompas e ascunas⁴⁶.

³⁸ Vejam-se, para vários pontos da Europa: Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age. De la fin de l'Empire romain au XVIe siècle*, vol. II de *L'agriculture à travers les âges*, dirig. por Émile Savoy, Paris, 1950, pp. 589-590; Jean Verdon, *Les loisirs en France au Moyen Age*, Paris, 1980, pp. 49-51; Henri Bresc, “La chasse en Sicile (XIIe-XVe siècles)”, *La chasse au Moyen Age*, Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979), Nice, 1980, pp. 203-204; M^a del Carmen Pallares Méndez, Ermelindo Portela Silva e J. Gelabert González, “Caza de los señores y caza de los campesinos en Galicia (1100-1600)”, *ib.*, p. 291; Corine Bossard-Beck, “La chasse à Brucato aux XIII et XIV siècles d’après le matériel ostéologique”, *ib.*, pp. 312-315; Massimo Montanari, “Il ruolo della caccia nell’ economia e nell’ alimentazione dei ceti rurali dell’ Italia del Nord. Evoluzione dell’ Alto al Basso Medioevo”, *ib.*, p. 333; Jean-Pierre Sosson, “La part du gibier dans l’ alimentation médiévale. L’ exemple des “Pourvances” de Guillaume d’ Ostrevent au Quesnoy (23 Sept. 1397-23 Juin 1398)”, *ib.*, p. 349; Juan Torres Fontes, “La caza, deporte y privilegio”, *Estampas de la vida de Murcia en la época de los Reyes Católicos*, 2^a ed., Murcia, 1984, pp. 71-72. Eu própria também já me referi ao assunto: “Alguns aspectos da visita régia”, *cit.*, p. 52.

³⁹ Veja-se o mapa junto.

⁴⁰ A metodologia utilizada para cartografar as informações e que atrás indiquei, contribuiu para aumentar um pouco o distanciamento da montanha. Há que ter este aspecto em consideração.

⁴¹ Cf. mapa junto.

⁴² “Alguns aspectos da visita régia”, *cit.*, p. 53.

⁴³ Veja-se o que deixei dito em *ib.*, p. 53, nota 91.

⁴⁴ *ib.*, pp. 52-56.

⁴⁵ *Inq.*, pp. 346, 347, 357, 372, 375, 378, 380, 381, 413 e vários outros mais.

⁴⁶ *ib.*, pp. 335, 336, 348, 349, 396, 1505, entre muitos outros casos.

Os cães, como é sabido, eram uma peça fundamental na caça de monte. E por certo nunca seriam demasiados aqueles que acompanhassem os monteiros locais, a partilhar o trabalho das matilhas régias⁴⁷. Quanto mais cães integrassem o grupo, tanto melhor⁴⁸. Alãos e sabujos, de preferência, se aceitarmos a opinião de um perito como D. João I, que a eles dedicou seis capítulos do seu tratado de caça⁴⁹. Mas várias outras raças se usavam e treinavam para momentos específicos da caçada. Os grandes senhores constantemente renovavam as suas matilhas, quer por reprodução dos seus próprios cães⁵⁰, quer fazendo-os vir de terras distantes⁵¹, quer recebendo-os como oferta ou direito⁵². De acordo com Robert Delort, foi a Idade Média ocidental que reabilitou o cão, até aí sobrecarregado com uma tradição de conotações negativas, proveniente da cultura judaica e continuada nos primeiros séculos do Cristianismo⁵³. Alguns monteiros dos julgados de Celorico e Cabeceiras de Basto deviam levar à montaria do senhor cães de trela⁵⁴. Se aceitarmos, com D. João I, a necessidade de um treino específico para estes cães⁵⁵, poderemos aceitar também outras especializações para as matilhas locais. O que me parece lógico. O embate com a fera tinha sem-

⁴⁷ Mas mais uma prova do facto é a obrigatoriedade que impendia sobre um casal de Arcozelo, no julgado de Ponte de Lima: “do Casal dos Botos fazem as boronas pora os cães d el Rey, quando lis dam o milio” (*Inq.*, p. 339). No texto das Inquirições de 1220, existem outras informações de teor semelhante. Na freguesia de S. Pedro de Azurém, julgado de Guimarães, “in casali qui tenet Gomez de Rochella debent facere boronas pro a canibus domini Regis” (*ib.*, p. 82) e alguns dos casais do mosteiro da Costa, que são enumerados, “debent dare masseiras pro ad canes et aves, et debent eis dare rationem de domo Regis”. Quando o rei se retirar “debent dare masseiras ad ipsos qui ea faciunt ut custodiant illas” (*ib.*, p. 85).

⁴⁸ Essas matilhas podiam ser muito grandes. Gastão Febo, grande monteiro que era, sustentava entre 1500 a 1600 cães (Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, p. 553).

⁴⁹ São os capítulos IX a XIV.

⁵⁰ D. João I dedica os capítulos IX a XI da sua obra de caça à escolha e criação dos cachorrinhos.

⁵¹ J.-O. Benoist, “La chasse au vol. Techniques de chasse et valeur symbolique de la volerie”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, p. 121; Denis Menjot, “Les murciens du Bas Moyen Age à la chasse”, *ib.*, pp. 259-260. Um e outro destes autores falam numa raça de cães originários da Península Ibérica, que eram muito apreciados pelos grandes monteiros.

⁵² Na documentação em análise há um texto, correspondente à freguesia de Santo André de Gondomar, no julgado de Nóbrega, que é interessante a este respeito. Quando D. Afonso Henriques aí fundou um mosteiro, povoou-o de bois, vacas, éguas, gado, mouros, e coutou-o. Por sua vez o mosteiro dava-lhe “cada ano savugios”. Posteriormente alguns cavaleiros da terra fizeram-se aí herdeiros e o mosteiro, não o podendo sofrer, despovoou-se (*Inq.*, p. 415). E o rei perdeu os seus sabujos. Sabujos que deviam ser muito valiosos, por certo já treinados. Na verdade o texto parece indicar que a oferta daqueles cães por parte do mosteiro, vinha na sequência de todas as liberalidades do monarca.

⁵³ “Les animaux en Occident du XIe au XVIe siècle”, *Le monde animal et ses représentations au Moyen Age (XIe-XVe siècles)*, Actes du XIIème congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public, Toulouse, 25-26 mai 1984, Toulouse, 1985, p. 21.

⁵⁴ Na freguesia de S. Salvados de Infesta, julgado de Celorico de Basto, diz-se que Paio Eanes de Lamelas “debet esse montarius, et debet tenere canes et ascunas et traelas, et debet ire cum Domino Terre ad montariam quando illum vocaverit in regno et extra regnum” (*Inq.*, p. 648). Ocorrem textos semelhantes nas actas correspondentes a Borba da Montanha, no mesmo julgado (*ib.*, p. 642) e a Abadim, no julgado de Cabeceiras (*ib.*, p. 668).

⁵⁵ Cap. XIV, p. 50.

pre a mesma rudeza e as “manhas” do monteiro precisavam, em todos os casos, de ser bem potenciadas pelos animais seus coadjuvantes. Por isso eles precisavam também, como os monteiros nobres, de ascunas e trompas⁵⁶, talvez afeiçoadas no chifre do animal⁵⁷.

Havia, neste Noroeste peninsular, muitos espaços bravios onde se criava cópia de animais selvagens de grande e médio porte e homens bem treinados na sua captura, bons conhecedores dos seus hábitos e do terreno que pisavam. Às ordens do senhor. Boas condições para que este – o rei ou o nobre senhor da terra – aí se fosse “desenfadar” das preocupações políticas e dos trabalhos administrativos⁵⁸.

III. A veação miúda

A veação miúda era muitíssimo abundante por toda a parte. Porém, menos prezada, sobretudo pelos grandes e poderosos, deixou na documentação em análise marcas muito ténues. Nem sequer a toponímia nos ajuda a encontrar o verdadeiro espaço que estes pequenos animais terão ocupado. Para além das aves, a que adiante me referirei, os inquéritos de 1258 guardaram-nos memória de coelhos e lebres. Uma memória, como disse, escassa e fugidia.

No entanto, o coelho era abundante. Basta lembrarmo-nos da persistência com que os forais, para enquadrar no sistema tributário em vigor os indivíduos que viviam sobretudo da recolecção, os designam por coelheiros⁵⁹. Com efeito o coelho, para lá de ser um animal de extraordinária fecundidade⁶⁰, foi aqui, na nossa Península, que mais cedo se expandiu⁶¹, o que só pode significar que encontrou nela o seu “habitat” de eleição. Para mais “colonizou” toda a Europa ocidental. Sendo, como é, um animal sedentário e muito lento nas suas deslocações⁶², só a pressão do número o obrigaria a espalhar-se como o fez⁶³. A sua quase ausência desta fonte não pode significar a sua ausência no espaço que ela cobre. Aliás a carne do coelho era muito apreciada na Idade Média⁶⁴ e às peles

⁵⁶ A trompa era, segundo Alain Guerreau, a ferramenta essencial do caçador, aquela que o fazia aparecer como tal (“Caça”, *Dicionário temático do Ocidente medieval*, dir. por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. de Vivian Coutinho de Almeida, coord. por Hilário Franco Junior, vol. I, S. Paulo, 2002, p. 142).

⁵⁷ A palavra utilizada em todo o texto das *Inquirições* para designar este objecto é “cornus”.

⁵⁸ Já numa outra ocasião me referi a este assunto na moldura do espaço agora tratado, só que um pouco mais restrito (“Alguns aspectos da visita régia”, pp. 49-57).

⁵⁹ Sobre este assunto veja-se, por todos, Armando de Castro, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, vol. IV, Lisboa, 1966, pp. 154-157.

⁶⁰ Veja-se, por exemplo, Clara Pinto Correia, *Portugal animal*, pp. 24-26.

⁶¹ Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, Paris, 1984, pp. 387-389.

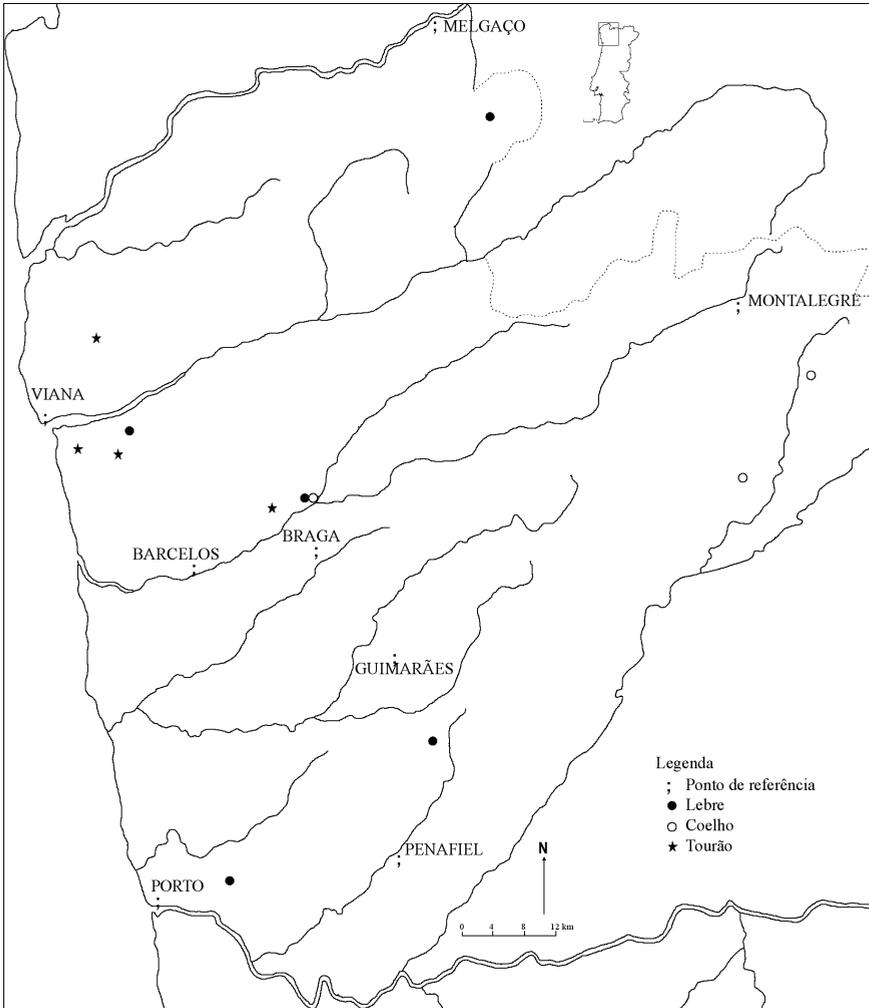
⁶² *Ib.*.

⁶³ Robert Delort coloca a hipótese de ter sido a transumância ibérica, movimentando milhares de ovelhas que iam destruindo, pelo seu número, a frágil floresta local, que ajudou o coelho a expandir-se (“Les animaux en Occident”, cit., p. 21).

⁶⁴ Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, p. 586.

não era dedicado menor apreço⁶⁵. Entre nós elas eram objecto de um importante comércio de exportação⁶⁶, o que também documenta a sua abundância.

2 – A veação de pequeno porte



⁶⁵ Robert Delort, *La vie au Moyen Age*, 3ª ed., Paris, 1982, pp. 35-36; Maria Helena da Cruz Coelho e Carlos Guilherme Riley, “Sobre a caça medieval”, *Estudos medievais*, vol. 9, 1988, pp. 238-241.

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, Armando de Castro, *A evolução económica de Portugal*, vol. IV, p. 149; Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, pp. 441-442.

Este interesse pelo coelho, se não levou à sua domesticação antes de terminar a Idade Média⁶⁷, levou, desde muito cedo, à criação de reservas⁶⁸. E essas reservas talvez tenham sido iniciadas aqui na Península, no século II a. C. e talvez já, como mais tarde refere Varrão, cercadas de muros para evitar a entrada de lobos e outros predadores e a fuga de coelhos e lebres e ainda defendidas das águias por árvores de ramaria larga⁶⁹.

Assim bem protegidas ou não, porque a esse respeito as fontes são omissas, o rei de Portugal tinha pelo menos duas reservas de coelhos no Noroeste do País, que a documentação nos mostrou: uma delas na freguesia de Santa Maria de Covas⁷⁰ e a outra na de Santa Cristina de Cervos⁷¹, ambas no julgado de Barroso⁷². Nem só de caça grossa se tratava, quando o rei pretendia reservar-se a veação, ou, pelo menos, não a consentir aos seus súbditos não nobres⁷³.

Menos numerosas seriam as lebres que o Noroeste albergava, mas apesar disso conseguiriam chamar, uma vez por outra, a atenção dos colonizadores cristãos, no seu afã de se apropriarem do espaço, atribuindo-lhe uma denominação. Aqui ou ali encontramos um lugar chamado “Leboreira”⁷⁴, de que o exemplo mais conhecido é Castro Laboreiro (“Crasto Leboreiro”)⁷⁵, ou um casal que se diz “d envoadi dos lebores”⁷⁶. Mas a memória mais curiosa que esta documentação nos conservou foi a de um direito que impendia sobre quatro casais reguengos da freguesia de Santa Maria de Idães, no julgado de Felgueiras⁷⁷, os quais “dant inde annuatim Domino Regi duas lebores vivas, et quoniam lebre erant maxime difficiles habendi vive, posuerunt cun Divite homine quod darent inde iijor cabritos”⁷⁸.

⁶⁷ Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, p. 392; id., “Les animaux en Occident”, cit., p. 33.

⁶⁸ Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, p. 526; Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, pp. 388, 394; id., “Les animaux en Occident”, cit., p. 35; Jean-Pierre Molénat, “La chasse dans la région tolédane entre le XIIème et le XIVème siècle”, *La chasse au Moyen Age*. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979), Nice, 1980, p. 279.

⁶⁹ Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, p. 388.

⁷⁰ “... costa de valle de Sio... est deffensa Domini Regis de Conelio et non intrat ibi aliquis nisi de mandato suo vel ricohomini et adveniunt se cum eo, et si forte intrat ibi aliquis absque mandato, peccat j. modio” (*Inq.*, p. 1522).

⁷¹ “... in Cervos esta alia defensa de conelio...” cuja violação ficava sujeita a pena igual à anterior (*ib.*, p. 1524).

⁷² Actualmente concelho de Montalegre.

⁷³ É por demais conhecida a existência de coutadas de caça, espalhadas de Norte a Sul do País, algumas régias, outras senhoriais. A documentação publicada em *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias régias*, diríg. por L. Baeta Neves e de que quatro volumes (vol. I a IV, Lisboa, 1980-1983) correspondem à Idade Média, dá-nos uma boa panorâmica do assunto. Só não são comuns as coutadas que especificamente se interessam pelo coelho.

⁷⁴ *Inq.*, pp. 316-317.

⁷⁵ Actualmente concelho de Melgaço. A acta correspondente à freguesia de Castro Laboreiro está publicada em *ib.*, p. 378.

⁷⁶ *Ib.*, p. 434. Sobre estes nomes veja-se J. J. Nunes, “A fauna na toponímia portuguesa”, cit., p. 465.

⁷⁷ Actualmente concelho de Felgueiras.

⁷⁸ *Inq.*, p. 556.

Que estas lebres, sem dúvida utilizadas no treino dos seus jovens lebreus, fossem importantes para o rei, parece provável, mas que o trabalho de as capturar vivas valia bem quatro cabritos, isso é muito certo.

Estes pequenos animais eram, como os restantes, caçados com cães – e a existência de lebreus seria disso uma boa prova se não conhecêssemos numerosas outras – mas usavam-se também diversas armadilhas⁷⁹ e talvez sobretudo, fazia-se apelo ao seu grande predador – o furão, ou tourão⁸⁰ – que sob este último designativo deixou umas quantas marcas toponímicas no espaço em análise. Tourilhe⁸¹, Tournal⁸², Tourais⁸³, são alguns dos exemplos encontrados⁸⁴.

Neste caso, tanto presas como predador, pouco nos permitiram avançar no seu conhecimento.

IV. Os animais nocivos

Os animais nocivos por excelência do Noroeste português como de todo o País e mesmo de toda a Europa ocidental, foram, durante a Idade Média, o lobo e a raposa, sobretudo aquele, menos esta.

O lobo marcou decisivamente a Europa medieval⁸⁵, não só pela sua presença física e pelas suas consequências desastrosas, para o homem, dessa presença, como também pelos seus reflexos no imaginário popular⁸⁶. Aliás, o lobo europeu que a Idade Média conheceu é uma fera digna de respeito. Ao contrário do pequeno lobo romano, cuja fêmea até se considerou susceptível de tomar contas de crianças abandonadas⁸⁷, aquele com quem a Idade Média teve que defrontar-se era um animal possante⁸⁸, feroz, de movimentos muito ágeis e um enorme

⁷⁹ De novo remeto para o trabalho de Philippe Ménard, “Littérature et iconographie: les pièges dans les trités de chasse”, cit., pp. 159-188. Podem ver-se também Maria Helena da Cruz Coelho e Carlos Guilherme Riley, “Sobre a caça medieval”, cit., p. 229; Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, cit., p. 442; A. de Sousa Silva Costa Lobo, *Historia da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, p. 85.

⁸⁰ Clara Pinto Correia, *Portugal animal*, p. 144.

⁸¹ *Inq.*, p. 331.

⁸² *Ib.*, p. 314.

⁸³ *Ib.*, p. 316.

⁸⁴ Para estas e outras formas veja-se J. J. Nunes, “A fauna na toponímia portuguesa”, cit., p. 458.

Este autor reporta os topónimos ao touro. Penso que é talvez mais correcto reportá-los ao tourão, dada a parcimónia topónimica derivada dos animais de criação – ao menos na área e cronologia em análise – e a relativa abundância de formas toponímicas derivadas de animais selvagens, sejam eles, ou não, pontualmente domesticados pelo homem.

⁸⁵ Já atrás me referi aos três animais que, segundo Robert Delort, mais duradoiramente marcaram a Idade Média (“Animais”, cit., pp. 65-66).

⁸⁶ Crença que chegou até aos nossos dias é a de que a simples aproximação do lobo faz eriçar os cabelos e a sua visão faz gelar a voz na garganta.

⁸⁷ Seria impossível, por inaceitável, a criação da lenda dos fundadores de Roma alimentados por uma loba, se essa loba fosse o animal que a Idade Média conheceu e tanto temeu.

⁸⁸ Robert Delort (*Les animaux ont une histoire*, pp. 317-318) atribui-lhe 60 a 80kg de peso e 1m a 5m de comprimento 1m de altura. Clara Pinto Correia, *Portugal animal*, pp. 167-168) apresenta-o bem mais pequeno.

fôlego capaz de lhe permitir largas horas de corrida a uma velocidade de quarenta ou cinquenta quilómetros por hora, senhor de um apetite proverbial⁸⁹. Trata-se de um animal perigoso e a sua perigosidade aumenta na medida em que raramente parte para uma caçada solitária, mas prefere fazê-lo em grupo, um grupo bem organizado e estruturado à volta de um casal dominante e do qual podem fazer parte mais cinco ou seis adultos. Entre todos reina uma hierarquia bem definida e que não permite atropelos⁹⁰, o que faz com que o grupo, agindo ordenadamente, seja de uma eficácia terrível. Assim bem escudados uns nos outros, podem atacar com sucesso homens e animais de grande porte.

Este lobo que assim aterrou a Idade Média, terá chegado à Europa com as Invasões Germânicas⁹¹. É um lobo originário de Leste, talvez da Sibéria ou regiões vizinhas⁹² e mercê das suas características de força e agressividade, facilmente substituiu o lobo antigo. A surpresa que terá provocado em populações já tão fragilizadas pelas devastações da guerra que o acompanhou, com uma agricultura em decadência e substituída por uma pastorícia que aguçava o apetite voraz do lobo e que ele dizimava, criando assim uma acérrima competição entre homem e animal, foram muitas as lendas a que lobo deu lugar⁹³. E grande o encarniçamento com que por todo o lado ele foi combatido.

Na verdade as batidas ao lobo foram comuns a toda a Europa e arrastaram-se por muitos séculos, até épocas bem próximas de nós e a instituição de prémios aos caçadores foi prática corrente, quer por parte do poder central quer dos poderes locais⁹⁴.

⁸⁹ Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, p. 137.

⁹⁰ *Ib.*, p. 318; *id.*, *La vie au Moyen Age*, p. 23.

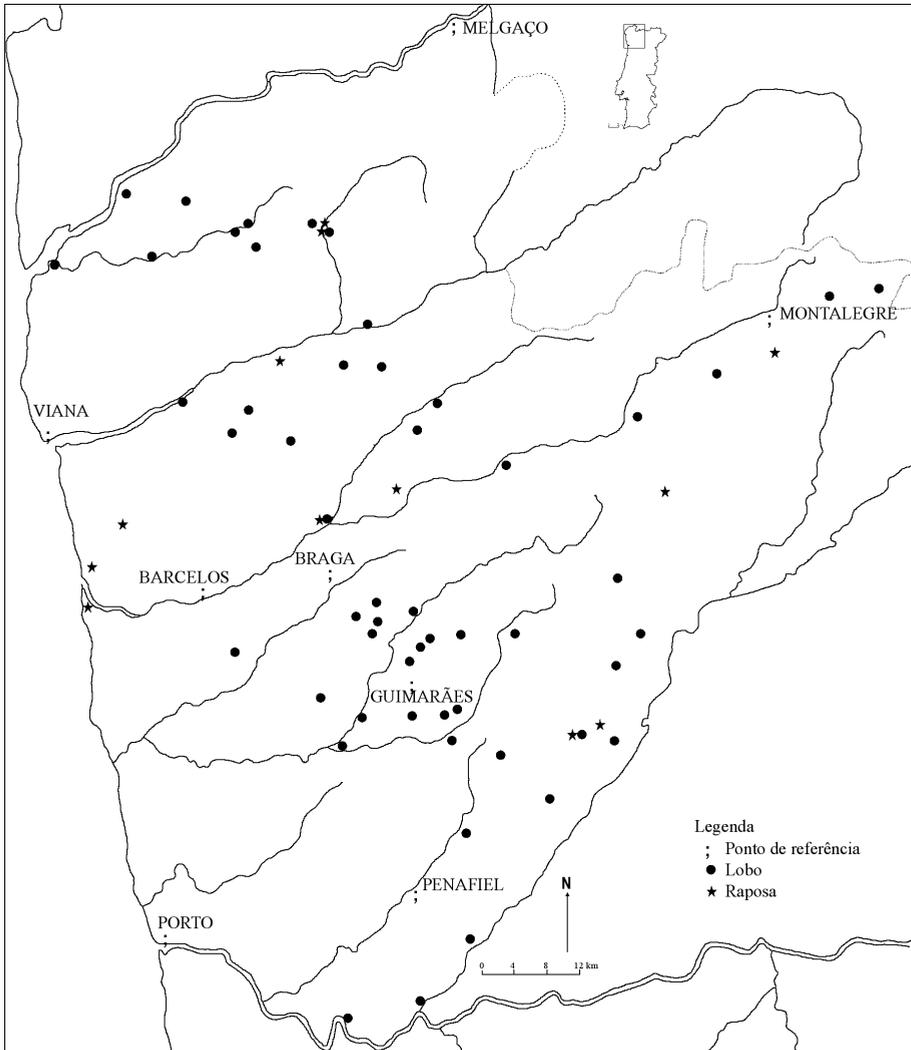
⁹¹ *Id.*, “Animais”, pp. 65-66; *id.*, “Pour conclure; animal, environnement, ambivalence exemplaire”, *L’animal exemplaire au Moyen Age (Ve-XVe siècles)*, text. reun. por Jacques Berlioz, Marie Anne Polo de Beaulieu, com a colab. de Pascal Collomb, Rennes, 1999, p. 293; Gherardo Ortalli, “Animal exemplaire et culture de l’environnement: permanences et changements”, *ib.*, pp. 45-46.

⁹² Robert Delort chama-lhes lobos siberianos (“Pour conclure”, *cit.*, p. 293).

⁹³ Sob este aspecto é interessante a leitura de Gherardo Ortalli, “Animal exemplaire”, *cit.*, pp. 45-46.

⁹⁴ Vejamos, por exemplo: A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 82; Roger Grand e Raymond Delatouche, *L’agriculture au Moyen Age*, pp. 590-600; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 202; Jean Verdon, *Les loisirs au Moyen Age*, p. 51; Miguel Ángel Ladero Quesada, “La caza em la legislación municipal castellana. Siglos XIII a XVIII”, *En la España medieval. Estudios dedicados al profesor D. Julio González González*, Madrid, 1980, pp. 201-202; *id.*, “La caza en las ordenanzas municipales de Andalucía. Siglos XV y XVI”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, p. 238; Denis Menjot, “Les murciens du Bas Moyen Age à la chasse”, *cit.*, p. 264; Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, pp. 326-327 e sobretudo 332; José Marques, “A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”, sep. de *Brigantia*, vol. V, 1985, p. 16; Iria Gonçalves, “Despesas da câmara municipal de Loulé em meados do século XV”, *Actas das I Jornadas de História medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 23-25 de Novembro de 1984, Loulé, 1987, p. 193; José Mattoso, “A caça no Soajo”, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, pp. 206-211; Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, *cit.*, p. 433.

3 – O lobo e a raposa



Na região em estudo, como é natural, também se organizavam batidas ao lobo e em algumas freguesias esse ónus impendia de uma forma muito estrita sobre os moradores. Em S. Pedro de Riba de Ave⁹⁵, por exemplo, diz-se

⁹⁵ Actualmente concelho de Vila Nova de Famalicão.

“...vadunt... gardare lupos in qualibet feria iija Quadragesime”⁹⁶ e na de Santa Maria de Vila Nova⁹⁷, “...omnes vadunt currere lupum in quinque settimanis Quadragesime usque ad cenam”⁹⁸. Nas demais freguesias, todas, curiosamente, à volta de Guimarães e por isso no espaço mais povoado de toda a região, o dever encontrava-se menos bem regulamentado, pois se dizia apenas, relativamente a alguns moradores, que “vadunt ad correndum lupum”⁹⁹.

Naturalmente não eram só estes homens que obrigatoriamente deviam participar nas batidas aos lobos. Em 1405 os moradores de S. João da Foz¹⁰⁰ foram isentos de “hirem correr os lobos segundo os correm os outros da comarca”¹⁰¹. Ora em toda a comarca não existem, na documentação em análise, referências a esta actividade. Tão generalizada que só lembrou pontualmente? Levada a cabo por iniciativa das próprias populações e por isso ausente da memória régia? Só posteriormente tornada obrigatória?

O certo é que os efeitos da passagem do lobo eram bem visíveis e aterradores, na medida em que nem o gado grosso escapava aos seus poderosos maxilares. Na freguesia de S. Tiago de Chamoim, julgado de Bouro¹⁰², fala-se nas “vacas que matarem pora comer, ou que matar lobo”¹⁰³. E não devia ser pontual esta ocorrência, como devia ser frequente o sacrifício de ovelhas e cabras nas fauces da alcateia.

Os vestígios do lobo surgem espalhados por toda a região. Vestígios de carácter toponímico, sobretudo, o que não surpreende, dada a marcante presença da fera e o imaginário a ela associado. E surgem, além disso, revestindo as mais diversas formas¹⁰⁴, o que de certo modo é sintomático das razões acima aduzidas¹⁰⁵.

⁹⁶ *Inq.*, p. 625.

⁹⁷ Actualmente lugar da freguesia de Infantas, concelho de Guimarães.

⁹⁸ *Inq.*, p. 1480.

⁹⁹ São elas as freguesias de Santa Maria da Pousada (actualmente da freguesia de Balasar), S. Lourenço e S. Clemente de Sande e Santa Cristina de Longos (actualmente todas elas freguesias do concelho de Guimarães). *Inq.*, pp. 1481-1843. Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, cit., pp. 441-443) também se refere a estas freguesias.

¹⁰⁰ Actualmente incluída na cidade do Porto.

¹⁰¹ *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. I (1208-1483), Lisboa, 1980, doc. 279, p. 192.

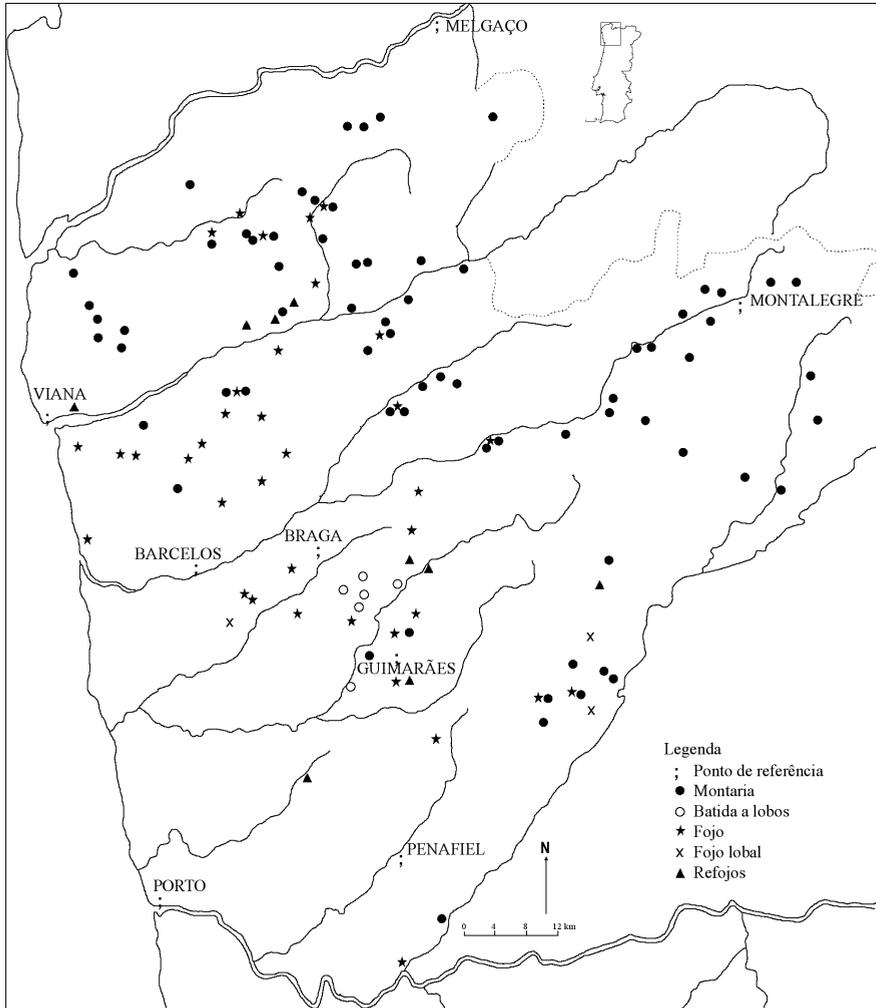
¹⁰² Actualmente concelho de Terras de Bouro.

¹⁰³ *Inq.*, p. 418.

¹⁰⁴ Muitas delas já referenciadas por outros autores, como por exemplo J. J. Nunes, “A fauna na toponímia portuguesa”, pp. 30-31.

¹⁰⁵ Para lá das habituais formações com o sufixo -eira: Lobeira (*Inq.*, pp. 647, 694-695, 734-735), talvez Lobagueira (*ib.*, pp. 731-732), há depois várias outras: Lobelhe (*ib.*, pp. 353, 435, 591), Lobela (*ib.*, p. 661), Lobão (*ib.*, pp. 1464-1465), Lobaz (*ib.*, p. 662), Loba Farta (*ib.*, pp. 363-364), como essas outras do tipo Casal de Lobos (*ib.*, p. 414), Portela da Loba (*ib.*, pp. 549-550, 680), Vale de Lobo (*ib.*, pp. 626-627), Fonte da Loba (*ib.*, pp. 1525-1526).

4 – Modalidades de caça



Fera nociva por excelência e considerada sem utilidade – a sua carne era tida por coriácia e nauseabunda e a sua pele não era apreciada porque abundavam outras melhores¹⁰⁶ - não havia limites, quando se tratava de lhe fazer guerra. Para lá das batidas a que acima me referi, um tipo de armadilha ficou larga-

¹⁰⁶ Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, p. 321.

mente documentado: o fojo¹⁰⁷. É certo que para outros animais também ele se preparava, nomeadamente para os javalis¹⁰⁸, mas não é em vão que com frequência encontramos, na região em estudo, o substantivo “fojo” associado ao qualificativo “lobal”¹⁰⁹. E nem sequer em alternância com outros. Só o lobo podia ser aqui o primeiro visado.

Lobo e raposa emparceiram assiduamente no imaginário popular, que tantas fábulas criou para eles ambos.

Menos possante e perigosa que o lobo, é, no entanto, um predador de respeito para os pequenos animais, aves, por exemplo, que é capaz de procurar junto à casa do seu dono. Foi sempre, também, um inimigo a abater.

Na documentação em análise ela deixou uma memória esparsa e discreta, exclusivamente de carácter toponímico. Nomes derivados de raposa¹¹⁰, mas sobretudo de golpelha¹¹¹, são relativamente comuns e largamente dispersos¹¹², a indiciar uma presença bem notada.

V. As aves

1. Os rapaces

Habitando os cimos montanhosos ou os terrenos mais planos, as aves de rapina manifestam-se por todo o espaço em consideração: águias, açores, falcões, gaviões, milhafres, abutres. Toda uma panóplia diversificada de rapaces, alguns deles muitíssimo apreciados. Mais uma vez, a memória que nos deixaram foi sobretudo toponímica.

A águia é um animal imponente, forte, o mais poderoso que alguma vez cruzou os nossos ares. Foi pontualmente domesticada para uso na caça de alta-naria¹¹³, mas, entre nós, penso não ter tido nunca essa utilização. Talvez, pelo contrário, ela tivesse sido considerada apenas como um animal nocivo. Em data muito posterior àquela em que de momento me situo, já criado o corpo de

¹⁰⁷ Cf. mapa junto.

¹⁰⁸ Veja-se Philippe Ménard, “Littérature et iconographie”, cit., p. 166; M^a del Carmen Pallares Méndez, Ermelindo Portela Silva e J. Gelabert González, “Caza de los señores y caza de los campesinos”, cit., p. 290; Marguerite Gonon “La chasse en Forez, XIIIe-XVe s.”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, p. 222, por exemplo.

¹⁰⁹ Há, inclusive, uma freguesia com esse nome: S. Salvador de Fojo Lobal, actualmente fazendo parte do concelho de Ponte de Lima (*Inq.*, p. 398). Cf. também o mapa junto. Nesse mesmo mapa cartografei o topónimo Refojos, que tomei no sentido de gruta ou covil de fera.

¹¹⁰ Raposal (*Inq.*, p. 395), Raposeira (*ib.*, p. 646), Pedra da Raposeira (*ib.*, p. 651).

¹¹¹ Golpilheiras (*ib.*, pp. 312, 319), Golpilhares (*ib.*, p. 425), Vulpilheira (*ib.*, pp. 388, 1435-1436), Vulpilheiras (*ib.*, p. 403). Veja-se também José Mattoso, Luís Krus, Amélia Aguiar Andrade, *O castelo e a feira*, p. 88.

¹¹² Veja-se o mapa junto.

¹¹³ Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, p. 616; Robert Delort, “Animais”, cit., p. 64.

besteiros do conto, eles tinham que todos os anos fazer prova da captura de umas quantas destas aves, pela entrega das respectivas garras às justiças do concelho em que habitavam¹¹⁴. Sabemos que era assim já com D. Pedro I¹¹⁵ e foi lei incluída nas Ordenações Afonsinas¹¹⁶. Só podiam ser muito numerosas e predadoras, para suscitarem uma tal obrigatoriedade.

A sua presença nos céus minhotos fixara-se principalmente sob a forma “Aguiar”¹¹⁷, que, aliás, identificava dois dos julgados em que a região, à época, se encontrava dividida.

Açores, falcões e gaviões foram as aves de caça por excelência, mas entre nós, como na Galiza¹¹⁸, a mais utilizada e de maior apreço foi o açor. Quando, em 1288, D. Dinis taxou o prémio a receber pelos achadores destas aves que por ventura se tivessem perdido, estabeleceu para as de melhor qualidade – “prima” – de cada espécie, os seguintes montantes: para o açor, um maravedi de quinze soldos; para o falcão, metade desta quantia; para o gavião, quatro soldos¹¹⁹. Penso que está aqui bem patente a maneira como, entre nós, se hierarquizavam estas aves. Não obstante o falcão, com o seu voo alto, proporcionar uma caçada mais espectacular e ter sido ele que lhe emprestou o nome mais comum – falcoaria – ainda assim a sua valia era metade da do açor.

Mas na documentação em análise também existem indícios seguros da primazia do açor. Na freguesia de Santa Cristina de Meadela, no julgado de Ponte de Lima¹²⁰, relativamente a uma terra, os inquiridores “ouvirom dizer que a dera el Rey don Sancio o velho a Simeon Alvariz por j. azor”¹²¹. Naturalmente já amestrado e por certo digno de um rei. Valeu uma propriedade.

Ainda quando alguns camponeses estavam sujeitos à prestação de qualquer serviço concernente a estas aves, o açor era a única nomeada. Assim acontecia na paróquia de S. João de Brito, no julgado de Guimarães¹²², onde o mordomo do lugar de Loureiro dava “Domino terre annuatim unum utrem, de caput et

¹¹⁴ Foi referido já por A. de Sousa Silva Costa Lobo, *Historia da sociedade em Portugal no seculo XV*, p. 82.

¹¹⁵ *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984, doc. 1174, p. 562.

¹¹⁶ *Ordenações Afonsinas*, liv. I, Lisboa, 1984, tit. LXVIII, § 37; tit. LXIX, § 19.

¹¹⁷ *Inq.*, pp. 298-300, 326, 560. Também Monte de Aguiar (*ib.*, pp. 342-343), Agueira, Agueirão (*Inq.*, pp. 1514-1515).

¹¹⁸ M^a del Carmen Pallares Méndez, Ermelindo Portela Silva, J. Gelabert González, “Caza de los señores y caza de los campesinos”, *cit.*, p. 291.

¹¹⁹ *Livro das Leis e Posturas*, pref. de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leit. paleog. e trans. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1971, pp. 191-192; *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. I, doc. 14, p. 39.

¹²⁰ Actualmente concelho de Viana do Castelo.

¹²¹ *Inq.*, p. 332.

¹²² Actualmente concelho de Guimarães.

carnem ejus pro azores”¹²³. É o exemplo trazido por esta região, mas a que se podem juntar outros mais¹²⁴.

Não obstante esta preferência, todas as aves de caça eram um bem precioso. Confinada a sua posse e utilização a uma elite restrita, eram um sinal distintivo de poder, de prestígio social¹²⁵. E também de riqueza, logicamente. Não só estas aves eram extremamente caras, como ainda, sempre que o seu dono as lançava sobre a presa, corria o risco de que elas não voltassem a poisar-lhe no punho¹²⁶. O que constituía uma grande perda material.

Mas todos quantos o podiam fazer praticavam esta caça. Inclusive as senhoras. Exercitada desde tempos remotos, tomou maior impulso na Europa com os Germanos¹²⁷, cruzou-se depois, aqui, com a cetraria muçulmana¹²⁸, aprimorou-se, produziu numerosos tratados¹²⁹ e manteve-se sem quebra até meados do século XVI¹³⁰.

¹²³ *Inq.*, p. 1486. Nas *Inquirições* de 1220 diz-se: “Maiordomo de Laureiro debet dare Domino terre... j capra pro ad azores” (*ib.*, p. 79).

¹²⁴ Por exemplo a “galinha do açor”, paga por alguns camponeses do julgado de Fervedo, Terra de Santa Maria (José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, *O Castelo e a Feira*, p. 88), ou o “frango do açor”, que se solvia na Catalunha (M. J. Peláez Albendea, “Algunas manifestaciones del derecho de caza em Cataluña”, cit., p. 70).

¹²⁵ A importância que as próprias crónicas régias lhes atribuem pelos textos que lhes dedicam, são disso mais uma prova (Veja-se, a este respeito, o trabalho de Carla Silvério, “O tópico dos animais nas memórias cronísticas sobre os reis da dinastia de Borgonha”, *Animalia. Presença e representações*, coord. por Miguel Alarcão, Luís Krus e Maria Adelaide Miranda, Lisboa, 2002, pp. 165-166).

¹²⁶ O documento que acima citei, sobre os prémios a achadores de aves de caça (nota 119) ilustra bem este risco e prova que muitas vezes se tornava efectivo.

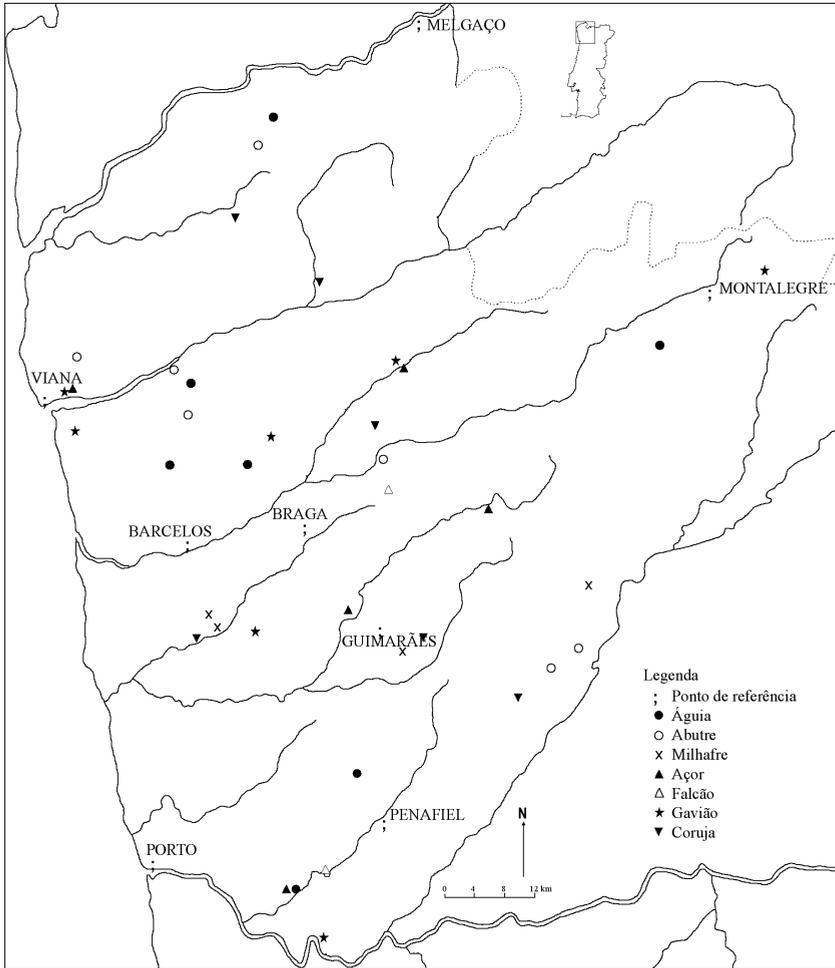
¹²⁷ Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, pp. 610-611 ; D. Evans, “Le traité de fauconnerie en vers provençaux: *Dels auzels cassadors*, son intérêt culturel”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, p. 9; Maria Helena da Cruz Coelho e Carlos Guilherme Riley, “Sobre a caça medieval”, cit., pp. 227, 249.

¹²⁸ A. H. de Oliveira Marques, “O “Portugal” islâmico”, cit., pp. 161, 241; Maria Helena da Cruz Coelho e Carlos Guilherme Riley, “Sobre a caça medieval”, cit., p. 249; D. Evans, “Le traité de fauconnerie en vers provençaux”, cit., p. 9; J.-O. Benoist, “La chasse au vol”, cit., p. 117; F. Viré, “La fauconnerie dans l’Islam médiéval (d’après les manuscrits arabes, du VIIIème-XVème siècle)”, *La chasse au Moyen Age. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*, Nice, 1980, pp. 189-197.

¹²⁹ Também em Portugal teve repercussão, nomeadamente por intermédio de Mestre Geraldo, físico de D. Dinis e de Pêro Memino, falcoeiro de D. Fernando. Os seus trabalhos foram dados a conhecer por Carolina Micaélis de Vasconcelos (“Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria”, *Revista Lusitana*, vol. XIII, 1910, pp. 149-432) e Manuel Rodrigues Lapa (*Livro de Falcoaria de Pêro Memino*, Coimbra, 1931 e “Livros de Falcoaria”, *Boletim de Filologia*, t. I, 1933, pp. 199-234). Veja-se também A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, pp. 199-200.

¹³⁰ Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, p. 612; J.-O. Benoist, “La chasse au vol”, cit., p. 117.

5 – As aves de rapina



Acerca de corujas, milhafres e abutres a informação é bastante mais reduzida. Em relação a esta últimas aves ainda se conhece a existência de abutreiros, precisamente na freguesia de S. Martinho do Outeiro, julgado de Ponte de Lima¹³¹, os quais teriam a incumbência de caçar abutres para o rei¹³², por meio de “anegaças”¹³³.

¹³¹ Actualmente concelho de Viana do Castelo.

¹³² Para empregar também na caça de volataria? É difícil pensar-lhe outra utilização.

¹³³ *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. II, (1439-1481), Lisboa, 1982, doc. 289 e 290, pp. 88 e 88-89.

Milhafres e corujas deixaram-nos apenas o registo da sua presença. Uma vez mais, presença exclusivamente toponímica¹³⁴.

2. As demais aves

Para lá destas aves, muitas outras frequentavam as paragens do Noroeste português. Infelizmente também só possíveis de encontrar prescrutando a toponímia, que, naturalmente, registou apenas umas quantas espécies. Corvos¹³⁵, gralhas¹³⁶, cegonhas¹³⁷, garças¹³⁸, melros¹³⁹, carriças¹⁴⁰, andorinhas¹⁴¹, pegas¹⁴², piscos¹⁴³, lavandeiras¹⁴⁴ e outras ainda¹⁴⁵, para lá dos indiscriminados “ave”¹⁴⁶ ou “pássaro”¹⁴⁷. Um conjunto interessante mas muito aquém da realidade¹⁴⁸. Não era grande a importância atribuída aos pequenos animais¹⁴⁹. Passavam despercebidos com facilidade. No entanto na freguesia de S. Julião da Silva, julgado de Fraião¹⁵⁰, ficou registado o pagamento de um curioso foro: “...do Casal de Fernando Suprino da eira da Naya j^a. Costela pora matar pássaros”¹⁵¹.

¹³⁴ O abutre mostra-se a partir de expressões como “avoytor morta” (*Inq.*, p. 370), “Pena Voytorina” (*ib.*, p. 1500), “Pena Avuytureira” (*ib.*, p. 652), Voytorino” (*ib.*, p. 335), “Avuytoreira” (*ib.*, p. 651). Quanto ao milhafre aparece sob as formas Miotais (*ib.*, p. 1426) e Mitoeira (*ib.*, pp. 661-662, 686-687). Por sua vez a coruja, traz-nos o topónimo formado do modo mais habitual: Corujeira (*ib.*, pp. 385-387).

¹³⁵ Pena de Corvo (*ib.*, p. 397), Água de Corva (*ib.*, p. 1495), Vale de Corvos (*ib.*, p. 1490), Corvaceiras (*ib.*, pp. 354-355) e outras mais ainda.

¹³⁶ Gralhas (*ib.*, p. 1516), Gralhal (*ib.*, 714-715), Gralhós (*ib.*, p. 1518), Pena Gralhó (*ib.*, p. 602).

¹³⁷ Cegonha (*ib.*, p. 1466), Cegonheiras (*ib.*, p. 611).

¹³⁸ Garças (*ib.*, p. 473).

¹³⁹ Mélroa (*ib.*, pp. 393, 701-702), Melros (*ib.*, pp. 718-720).

¹⁴⁰ Ribeiro da Carriça (*ib.*, pp. 503-504).

¹⁴¹ Andorinha (*ib.*, p. 1490).

¹⁴² Pegas (*ib.*, pp. 538, 563).

¹⁴³ Piscos (actualmente Priscos) (*ib.*, p. 1474), Pisquinho (*ib.*, pp. 1452-1453).

¹⁴⁴ É o pássaro toponimicamente melhor representado na região (*ib.*, pp. 316-317, 339, 430-431, 505, 526, 559, 1502-1503, por exemplo).

¹⁴⁵ Cotovia: Cotuvilar (*ib.*, p. 575), gaio: Gaião (*ib.*, p. 566), ou perdiz: Vilar de Perdizes (*ib.*, p. 1525).

¹⁴⁶ No entanto, quase sempre em ligação com os dois rios cujos nomes têm este significado: o Ave e o Vizela (Avezinha).

¹⁴⁷ Passaral (*Inq.*, p. 722).

¹⁴⁸ Diversas outras variedades de aves foram encontradas voando sobre o nosso País, em épocas próximas desta aqui focada. Vejam-se por exemplo: Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, 2000, pp. 144-159; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV-XV)*, Cascais, 2000, pp. 39, 122-124.

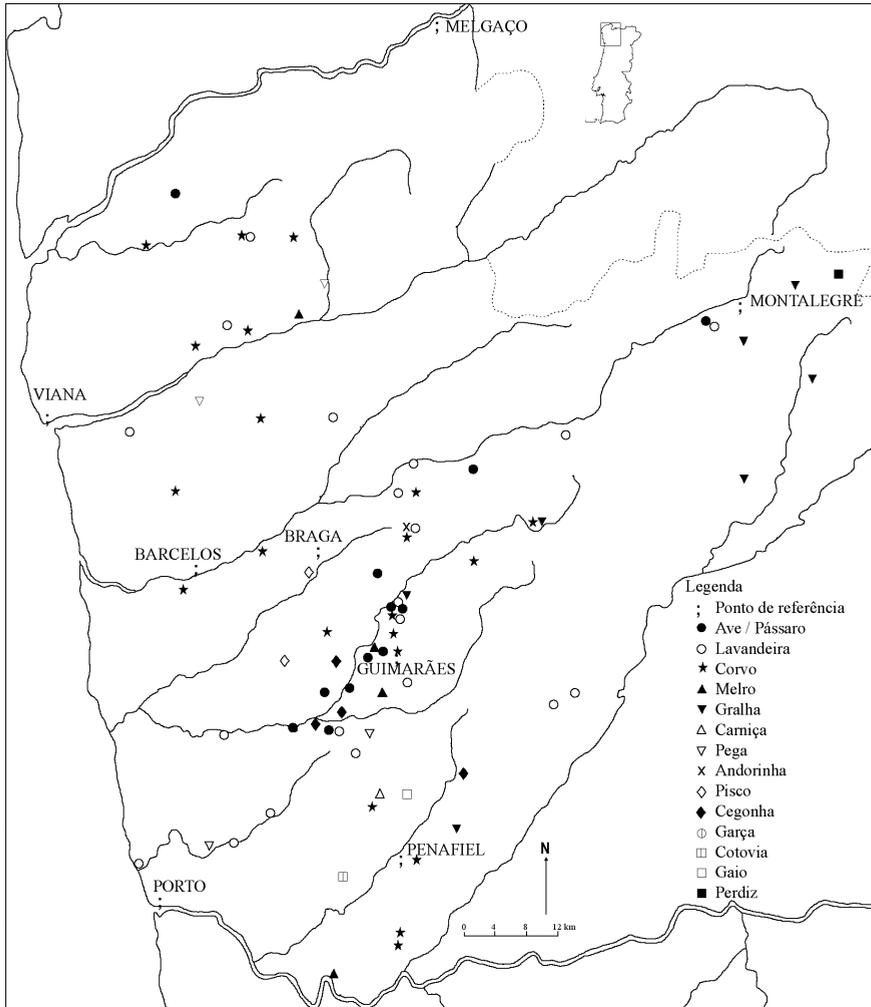
¹⁴⁹ Eram, no entanto, apreciados e normalmente consumidos (Vejam-se, por exemplo: A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 8; Maria Manuela Catarino, “A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do Baixo Tejo”, *Animalia. Presença e representações*, coord. por Miguel Alarcão, Luís Krus e Maria Adelaide Miranda, Lisboa, 2002, p. 55). Até os mestres cozinheiros de grandes senhores medievais sabiam cozinhar pratos requintadíssimos à base de pássaros. Passando pelo célebre “pastel de pássaros vivos”, mais espectacular do que alimentar, porque o seu interesse consistia em ver os pássaros a sair, assustados, do seu invólucro de massa, quando este se rompia, e voar pela sala, à procura de uma saída (Sobre estas e outras requintadas receitas medievais pode ver-se o interessante estudo de Odile Redon, Françoise Sabban e Silvano Serventi, *Delícias de la gastronomia medieval*, pról. de Georges Duby, trad. de Maurício Wacquez, Madrid, 1996).

¹⁵⁰ Actualmente concelho de Valença do Minho.

¹⁵¹ *Inq.*, p. 367.

Quem receberia a costela e sobretudo quem actuaria com ela não nos é fácil perceber. Mas houve pelo menos uma época – a da fixação do foro – em que para o rei – ou o senhor da terra – significou alguma coisa a construção dessas pequenas armadilhas para pequena caça.

6 – Algumas outras aves



VI. Alguns outros animais

1. A abelha

Considerada como sempre foi pelos seus produtos, a abelha desde muito cedo mereceu a atenção dos homens¹⁵² e a apicultura foi uma actividade praticada, também entre nós, desde bastante cedo¹⁵³. Mas as abelhas acomodadas em colmeias por iniciativa humana ou fabricando elas próprias o seu alojamento, na mata ou na charneca, eram, todas elas, animais silvestres, precisando, para viver, os espaços do inculto. Apenas as primeiras “ofereciam” desde logo ao homem os produtos de seu fabrico, enquanto as segundas precisavam de ser procuradas, por entre os ramos e os troncos das árvores.

O mel e a cera eram duas substâncias fundamentais para a Idade Média, cada uma delas nas funções que lhe competia desempenhar.

O mel era o edulcorante insubstituível. Herdado de Roma o gosto pelo doce, todos partilhavam dele, difundido como estava, a nível da Europa. É certo que pelo menos desde o século XIV, a alta nobreza lhe preferia o açúcar, não obstante os seus preços proibitivos, ou até por causa deles. Os grandes cozinheiros que nos deixaram a memória escrita das suas receitas culinárias¹⁵⁴, usavam-no com abundância em todos os pratos, de carne, de peixe, ou outros, não tanto a entrar na confecção da iguaria, mas antes a polvilhá-la, na hora de servir¹⁵⁵. Estes requintes, no entanto, eram para poucos e, mesmo assim, para os seus utentes, não em todas as ocasiões. O comum das pessoas, como os senhores no seu quotidiano, só ao mel podiam recorrer para satisfação da sua gulodice, ou para encontrar uma bebida diferente dos habituais vinho e água¹⁵⁶ e que tanto podia ser uma daquelas duas bebidas modificada e melhorada pela adição de um

¹⁵² Veja-se, por exemplo, Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age*, pp. 526-534.

¹⁵³ A ela se refere Ângela Beirante, como sendo praticada desde os primórdios da “Reconquista” “A “Reconquista” cristã”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, coord. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1993, p. 306).

¹⁵⁴ Vejam-se, por exemplo: Mariane Mulon, “Les premières recettes médiévales”, *Pour une histoire de l'alimentation*, org. por Jean-Jacques Hémardinquier, Paris, 1970, pp. 236-240 ; id., “Deux traités d'art culinaire médiévale”, *Bulletin Philologique et Historique*, 1968, vol. I, *Les problèmes de l'alimentation*, 1971, pp. 369-435 ; Jean-Louis Flandrin e Odile Redon, “Les livres de cuisine italiens des XIVe-XVe siècles”, *Archeologia Medievale*, vol. VIII, 1981, pp. 393-408 ; Odile Redon, Françoise Sabban e Silvano Serventi, *Delícias de la gastronomía medieval*, Madrid, 1996. Também entre nós se produziram provas desse gosto pelo doce e da utilização dos edulcorantes. Veja-se *O “Livro de Cozinha” da infanta D. Maria de Portugal*, ed. dir. por Salvador Dias Arnaut e Giacinto Manuppella, Coimbra, 1967.

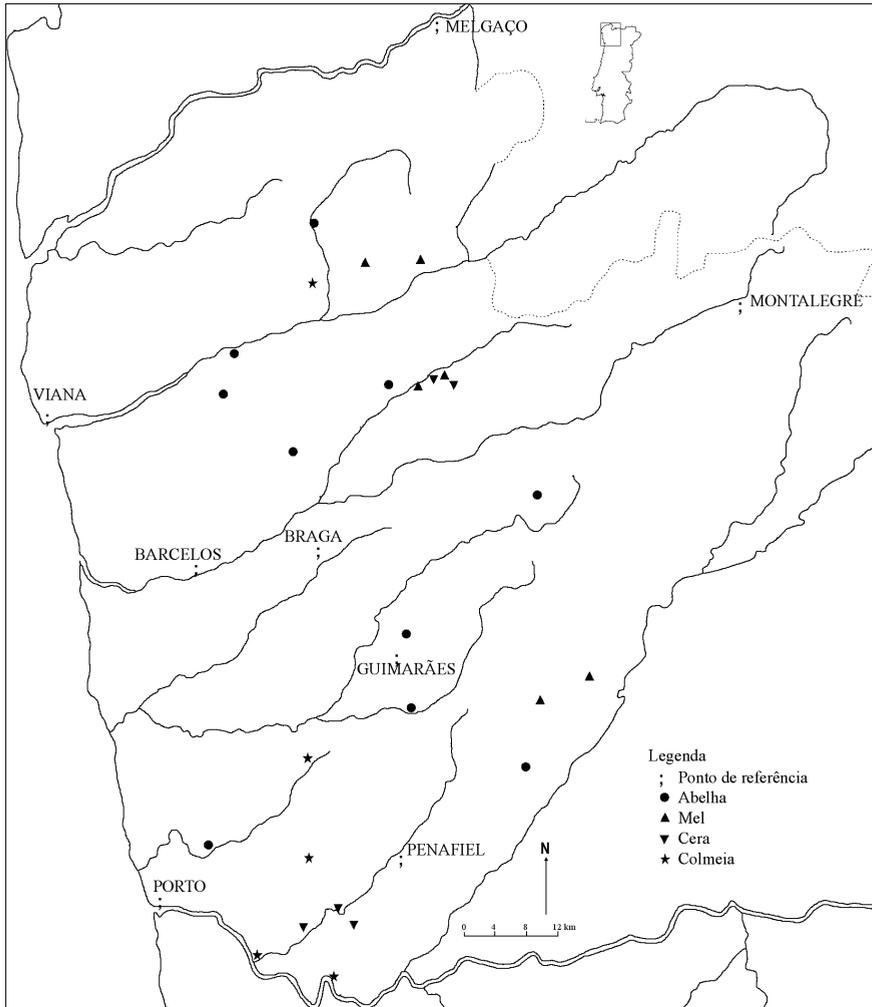
¹⁵⁵ Veja-se o livro acima citado de Odile Redon, Françoise Sabban e Silvano Serventi, que publica com actualização dos quantitativos a utilizar, e de alguns ingredientes e técnicas culinárias, uma colecção de receitas extraídas dos livros que nos deixaram os mais famosos cozinheiros europeus dos séculos XIV e XV.

¹⁵⁶ É sabido como a Europa foi muito pobre em bebidas, sendo que, não de todo mau para os nosos antepassados, o vinho, considerado a bebida por excelência, era também a bebida quotidiana para todos, no Mediterrâneo.

pouco de mel, como uma outra produzida a partir dele – o hidromel.

A cera era um produto insubstituível para uma iluminação de qualidade. Claro que nem todos podiam fazer uso aturado da cera, dado o seu preço, mas no paço do senhor, no mosteiro, principalmente na igreja, era a iluminação usada, porque a melhor¹⁵⁷.

7 – A presença da abelha



¹⁵⁷ Sobre este assunto veja-se: A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 99.

Assim sendo, o rei não prescindia de receber, de alguns dos seus foreiros ou reguengueiros, umas quantas medidas de mel¹⁵⁸ ou cera¹⁵⁹. Provenientes de enxames abrigados pelo homem.

Mas a toponímia – sempre ela – também nos conta de outros enxames, tão insistentes em determinados lugares, que acabaram por se tornar o referente adequando a esses lugares. Quase sempre sob a forma “Abelheira”¹⁶⁰.

2. Um ou outro anfíbio, um ou outro réptil

Muito abaixo na escala do interesse dos homens, ainda assim alguns batráquios e répteis serviram para identificar uns quantos lugares. Não muitos. A atenção de quem se propunha apropriar o espaço e para isso precisava conhecê-lo e denominá-lo, raramente precisou olhar para o chão. Mas fê-lo algumas vezes para, desse olhar, talvez de espanto pelo número ou gigantismo das espécies apercebidas, nascer o nome que ali cristalizou. Foram lagartos¹⁶¹ ou sardões¹⁶², sapos¹⁶³, rãs¹⁶⁴, cobras¹⁶⁵. Uma amostra bem pequena por certo, se pensarmos como estes animais deviam pulular por todo o lado, nestas espécies e em outras mais.

Mas foi o suficiente para nos guardar lembrança.

* * *

Feita esta ronda pelo Noroeste de Duzentos, na peugada das Inquirições Régias de meados do século, fica-nos a imagem de um vasto espaço pletórico de animais selvagens. Na verdade, se só na esteira dos interesses económicos do monarca nos são desvendadas tantas espécies, muitas delas surdindo a um tempo de vários sítios, multiplicando-se em plurais numerosos, em colectivos abundantes, sugerindo – e é sobretudo o caso dos maiores predadores – uma população em cada lugar muito avultada, poderemos pensar que, na realidade, não haveria canto onde o animal selvagem não pudesse chegar.

Este é apenas um momento da longa caminhada de séculos, a par, animal e homem.

¹⁵⁸ *Inq.*, pp. 383, 396, 416, 418, 654, entre muitas outras referências.

¹⁵⁹ *Ib.*, pp. 416, 419, 572, 573, 578, como exemplo.

¹⁶⁰ *Ib.*, pp. 404-405, 431, 438, 628-630, 692, 1506. Também Outeiro da Abelheira (*ib.*, pp. 503-504), Pedra Abelheira (*ib.*, p. 723).

¹⁶¹ Lagarto (*ib.*, p. 561), Pedra do Lagarto (*ib.*, pp. 718-720), Lagarteira (*ib.*, pp. 305, 607).

¹⁶² Portela do Sardão (*ib.*, p. 572), Couto do Sardão (*ib.*, pp. 626-627), Sardal (*ib.*, pp. 512-515).

¹⁶³ Outeiro dos Sapos (*ib.*, p. 724).

¹⁶⁴ *Ib.*, pp. 701, 1509, por exemplo.

¹⁶⁵ Cobreiras (*ib.*, pp. 652, 659).